

1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR DE SÃO VICENTE

EIXO 1

COMO GARANTIR A INTEGRALIDADE E A TRANSVERSALIDADE DA AÇÃO DO ESTADO EM SAÚDE DOS TRABALHADORES?

PROPOSTAS		Página 1
01	Simplificar o fluxo de atendimento dos trabalhadores acidentados e dos trabalhadores com doenças ocupacionais, tanto no setor da Saúde como no da Previdência Social, evitando transtornos desnecessários, formalizando a integralidade dos serviços entre atenção básica, pronto-socorro e os serviços de referência, por meio de protocolos específicos.	
02	Cadastro Informatizado com levantamento a nível nacional de acidente de trabalho e , também, de todas as doenças ocupacionais , Segundo o ramo de atividades e com nome das empresas, centralizado não só no Ministério da Saúde como no Ministério do Trabalho e da Previdência Social para avaliações e elaboração de medidas a serem implementadas nas 3 esferas de governo para que haja diminuição ou que se acabem, sempre que possível, fatos lamentáveis de descaso com o ser humano.	
03	Garantir todos os serviços de atendimento aos trabalhadores tanto no Ministério Público, como na saúde, na saúde do trabalhador, quanto à Segurança, à proteção social (assistência e previdência), à vigilância sanitária, ao meio ambiente, ao transporte, entre outros.	
04	Implantação e implementação de programa de prevenção, medicina e saúde ocupacional em todas as unidades de saúde, públicas ou privadas, especialmente nas de referência em doenças infecto-contagiosas (deliberação 08, pág.79, do Relatório Final da 12ª CNS).	
05	Inclusão Social para os trabalhadores com restrições de trabalho, sejam ela físicas ou psíquicas, através de reabilitação profissional com esforço não apenas do trabalhador, mas de forma ampla , com a participação das empresas, das Secretarias de Saúde, de Assistência Social, do Meio Ambiente e da Educação e em parceria com o Instituto de Previdência Social e o Ministério do Trabalho.	
06	Propiciar aberturas de Parcerias entre nossas empresas, Universidades e Laboratórios, como, por exemplo, a Fiocruz (RJ), onde existe uma coordenadoria de pesquisa e estudos de saúde, ambiente de trabalho e biossegurança para troca de experiências e para que se desenvolva, na prática, um modelo de gestão, que vise a saúde do trabalhador, já que no Brasil o risco de óbito é bastante elevado.	
07	Através de Parcerias desenvolver programas que incluam não somente a saúde do trabalhador, mas a inclusão no esporte, lazer, cultura, educação, moradia digna e qualidade de vida para o trabalhador e seus dependentes, gerando assim mais desenvolvimento e renda para o país.	
08	Fortalecer uma nova cultura da atenção ao usuário, considerando os profissionais do sexo dentro das suas especificidades (travestis, profissionais do sexo masculino e profissionais do sexo feminino) e das relações e condições de trabalho nos serviços de saúde garantindo os direitos a informações integrais, asseguradas pela Constituição Federal, com receituários datilografados, ou digitados ou em letra de forma.	
09	Garantir o direito a acompanhantes em condições adequadas nas consultas e internações para todas as pessoas usuárias dos serviços de saúde públicos e privados com atendimento SUS, levando-se em conta a condição clínica do paciente e os critérios de prevenção a infecções hospitalares.	
10	Ênfase na humanização dos hospitais e das unidades de saúde para a melhoria das condições de trabalho e aprimoramento da qualidade da relação equipe-usuário-família, levando-se em consideração as questões de diversidades sexual em especial transgêneros nos casos de hospitalização, e na atenção básica, buscando meios de envolver e capacitar mais efetivamente os profissionais.	

11	Garantir que os Centros de Vigilância, Referência da Saúde do Trabalhador no Estado de São Paulo possuam eficiência , neste contexto entender uma maior integração dos serviços de saúde, pulverizados nos diversos órgãos executivos e estimular as intervenções disponíveis, como os serviços de saúde, educação e engenharia e estimular as intervenções através de serviços sociais, humanos, agrários, demográficos, ambientalistas e sanitários para o aumento do equilíbrio da saúde e da cobertura da população que os utiliza.
12	Criação de Centro de Vigilância e Referência em Saúde do Trabalhador , que desempenhe atividades técnicas operacionais e assistenciais, de acordo com a atividade econômica predominante na região, identificando e evitando-se a degradação do meio ambiente, os riscos das atividades ocupacionais, de acidentes e doenças que elas provocam.
13	Criação de mecanismos eficazes que garantam a inclusão dos portadores de necessidades especiais e portadores de doenças crônicas e / ou degenerativas nas discussões sobre a Saúde do Trabalhador e a re-inserção e reabilitação dos mesmos no mercado de trabalho.
14	Que haja uma rede de comunicação informatizada entre o serviço municipal e o sistema previdenciário , para facilitar o acesso as informações pelo usuário.
15	Dar garantia de estabilidade de emprego para pessoas vivendo com HIV-AIDS , conforme acordo internacional firmado pelo Brasil e hoje não cumprido por veto do Presidente de República.
16	Implantar as ações de prevenção as DST-AIDS em local de trabalho, sejam instituições públicas ou privadas.
17	Que sejam criadas normas reguladoras para serviço de atenção de especialidades, cuja os profissionais estão sujeitos a desgastes físicos e psicológicos, garantindo-lhes condições especiais para suas atividades laborativas, sendo adequadas ao exercício da função.

**1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR
DE SÃO VICENTE**

EIXO 2
COMO INCORPORAR A SAÚDE DOS TRABALHADORES
NAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
NO MUNICÍPIO, NO ESTADO E NO PAÍS?

PROPOSTAS		Página 1
01	Garantir que o SUS tenha equipamentos adequados, modernos e informatizados em toda a rede para um atendimento com maior amplitude e com maior capacidade, habilitando os Recursos Humanos para tirar melhor proveito dos equipamentos.	
02	Normatizar o repasse de recursos oriundos do seguro-acidente nas ações de prevenção executadas pelos Programas de Saúde do Trabalhador, nas três esferas de poder (Federal, Estadual e Municipal).	
03	Cadastro Informatizado com levantamento a nível municipal de toda notificação obrigatória de acidente de trabalho e, também, de todas as doenças ocupacionais, segundo o ramo de atividades e com nome das empresas, enviando-se aos setores do Ministério da Saúde, do Trabalho e Previdência Social para que medidas sejam implementadas para haver diminuição ou que se acabem, sempre que possível, fatos lamentáveis de descaso com o ser humano.	
04	Cadastro a nível municipal dos atendimentos aos trabalhadores tanto pelo SUS como pela Previdência e Seguridade Social para que se obtenha uma estatística precisa dos trabalhadores formais e informais para que se desenvolvam políticas de desenvolvimento sustentável de saúde compatíveis com a região.	
05	Garantir o mapeamento através do Conselho Municipal de Saúde, Ministério Público e Órgãos afins, supervisionando e monitorando as condições de trabalho das Empresas Públicas e Privadas, para que tenham estrutura e equipamentos modernos e que evitem mutilações e óbitos, punindo severa e rapidamente os infratores.	
06	Garantir o mapeamento, a supervisão e monitoramento dos ambientes onde haja a exposição do trabalhador a produtos químicos e tóxicos e evitando também que os resíduos e dejetos atinjam o meio ambiente, com intervenção imediata das áreas já contaminadas e prevenção para evitar o risco de contaminação de outras áreas, punindo severa e rapidamente os infratores	
07	Desenvolvimento de política com ampla divulgação que reestruture permanentemente o sistema de prevenção no trabalho, com processos produtivos mais limpos e menos perigosos, sejam eles, rurais ou urbanos, observando e prevenindo os riscos na construção civil, nos frigoríficos, nos portos, nos pólos petroquímicos, na pesca, na reciclagem de lixo, nas polícias militares e civis, na agricultura e sobretudo no grande contingente de trabalhadores informais. Muitos adoecimentos e acidentes de trabalho são previsíveis e portanto podem ser evitados.	
08	Desenvolver outras metodologias de prevenção de danos à saúde e ao meio ambiente , como por exemplo o Programa de Sentinelas.	
09	Campanhas de Prevenção aos riscos do consumo de substâncias psicoativas e álcool, que causam grandes prejuízos não só a nível pessoal como no ambiente de trabalho e da sociedade em geral.	
10	Realização de campanhas permanentes a nível regional de promoção à saúde e prevenção à hanseníase , ao câncer de pele e outras doenças oportunistas e típicas aos trabalhadores das regiões praianas , sejam eles formais ou informais, residentes ou em transito, em especial durante todo o verão.	
11	Garantir à população em especial das áreas próximas às empresas o conhecimento dos riscos existentes para a saúde e para o meio ambiente.	
12	Estabelecer parceria com o Banco Social de Serviço em Psicologia (serviço de psicólogos voluntários) para apoio psicológico para os trabalhadores que estejam em situação de desemprego.	

13	Ampliar e divulgar o atendimento a nível ambulatorial do tratamento de trabalhadores com doenças ou acidentados do trabalho através da Acupuntura e implantação da Homeopatia visando o equilíbrio da saúde do trabalhador.
14	Políticas sociais de inclusão e igualdade que gerem condições de vida livre de doenças novas com potencial pandêmico (de causar epidemias generalizadas) e outras, incluindo as psicossomáticas para que o trabalhador possa trabalhar com saúde e viver com dignidade e para que o SUS e a Previdência Social possam exercer suas atribuições com mais eficiência e propriedade.
15	Propiciar qualificação permanente dos profissionais, em especial, aos profissionais da Atenção Básica do SUS (que é a maior porta de entrada) para atender às demandas e necessidades dos trabalhadores, com recursos humanos suficientes, e atendimento qualificado e humanizado em toda a rede.
16	Promoção à saúde, junto a hospitais que atendam pelo SUS e outras unidades de saúde capacitando-os para atendimento a pacientes portadores de patologias e de sequelas psíquicas ou físicas relacionadas à atividade profissional ou a acidentes de trabalho, dando maiores condições de reintegração para estes pacientes à sociedade .
17	Implantar no município, serviço especializado que acompanhe com instrumentos epidemiológicos, sanitários todos os agravos de Saúde dos Trabalhadores residentes no município, independente de área, setor, vínculo empregatício existente ou não.
18	Criação de Programa Psico-Social no SUS , com equipes multidisciplinares e com trabalho em grupo para atendimento a pacientes portadores de deficiências físicas, psíquicas e sociais, em especial para os portadores de distúrbios neurológicos: de nascença e causados por drogas e álcool, dentro das estruturas já existentes, que contemple a reintegração do trabalhador no mercado de trabalho e a sociedade.
19	Ampliação do CRIS (Centro de Reabilitação e Inclusão Social) com condições de atendimento ambulatorial para inserção dos profissionais, trabalhadores com seqüelas de doença ocupacional e Acidentes de Trabalho com equipamentos necessários e com equipe multidisciplinar, em especial, fisioterapia para eficaz reintegração à sociedade, considerando principalmente a garantia e agilização do fornecimento de órteses e próteses.
20	Renovar a Política Industrial e a Cultura Empresarial com a inclusão de Ciência e de Tecnologia e inovação em saúde para produzir e aplicar atividades de pesquisa estratégica, desenvolvimento tecnológico, avaliação/regulação e assistência à saúde, controle de doenças, agravos e riscos, consolidando políticas de desenvolvimento sustentável com qualidade e conhecimento para o Trabalhador.

1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR
DE SÃO VICENTE

EIXO 3
COMO EFETIVAR E AMPLIAR O CONTROLE SOCIAL
EM SAÚDE DOS TRABALHADORES
NO MUNICÍPIO, NO ESTADO E NO PAÍS?

PROPOSTAS		Página 1
01	Criação de Disque denúncia para notificar condições insalúbres para o trabalhador e falta de condições sanitárias no local de trabalho, com campanhas de ampla divulgação do número. Criando o “0800”, à nível regional , com acesso também para pessoas com necessidades especiais (sensoriais e visuais) para esclarecer dúvidas de saúde do trabalhador e da população em geral, referentes à assistência, serviços de saúde, vigilância sanitária, com campanhas de ampla divulgação do número.	
02		
02	Facilitar o acesso a Banco de Dados que englobe todas as interfaces da saúde do trabalhador , tais como: os agravos desencadeados no ambiente de trabalho, doenças ocupacionais, invalidez permanente e morte. Que estes dados sejam disponibilizados para utilização de políticas públicas, inclusive ao Conselho Municipal de Saúde.	
03	Garantir que os governos nas 3 esferas (federal, estaduais e municipais), tenham o compromisso de envolver toda a sociedade na luta por condições dignas e saudáveis de trabalho, promovendo Audiências Públicas para levantamento das condições de trabalho em cada local da cidade e do país.	
04	Inserção da Fundacentro no Sistema Único de Saúde e criação imediata de Conselhos Gestores a nível regional e nacional com representação paritária entre os trabalhadores e instituições públicas com caráter deliberativo no planejamento das ações e no gerenciamento dos recursos financeiros.	
05	Implantação do Jornal de Conselho Municipal de Saúde, já aprovado anteriormente, contendo informações sobre Saúde do Trabalhador.	
06	Estruturar as redes de serviços públicos para que tenham capacidade de executar programas, atividades e procedimentos destinados a garantir a preservação, vigilância, assistência e reabilitação física e psíquica, com proteção previdenciária e assistência social, dentro de um modelo organizado, ético, regulamentado e coordenado pelo poder público e sob o controle da sociedade ao Trabalhador da Saúde .	
07	Promover, com a participação popular, o desenvolvimento social e econômico através da Responsabilidade Social e de projetos sociais , em parceria com o Conselho Municipal de Saúde, na exploração e geração de produtos e serviços, que preservem a saúde dos trabalhadores e ao mesmo tempo evitando danos à sociedade e ao meio ambiente.	
08	Ações integradas entre os órgãos públicos nas 3 esferas (federal, estaduais e municipais) com a participação popular , garantindo a equidade na distribuição de serviços públicos, nas receitas fiscais e nas responsabilidades pelas condições de vida e assistência à saúde do trabalhador em geral.	
09	Incentivar mecanismos de participação na gestão, de valorização dos trabalhadores e usuários, com reciclagem constantes em todas as áreas de saúde.	
10	Participação popular envolvendo Medicina do Trabalho e Recursos Humanos através de Comissões no Conselho Municipal de Saúde.	
11	Ampliar através de extensa divulgação o Controle Social na Assistência Social de acordo com os princípios do SUAS (Sistema Único de Assistência Social).	
12	Capacitação obrigatória para exercer quaisquer funções em serviços especializados.	
13	Funcionamento e organização do Conselho Regional de Saúde.	
14	Participação popular na Câmara Temática de Saúde da AGEM.	
15	Implantação do PCCS-SUS (Plano de Cargos e Carreiras e Salários para Trabalhadores do SUS).	

16	Estabelecer e implantar no serviço público municipal o SESMET (Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho) com concurso público.
17	Que as ações na área da Saúde do Trabalhador sejam referendadas, fiscalizadas e deliberadas através da aprovação do Conselho Municipal de Saúde.